

Belmiro Fernandes Pereira  
*Universidade do Porto*

## Entre Proteu e Prometeu: lugar da arte retórica na pedagogia humanista<sup>1</sup>

Embora incorram em algum exagero aqueles que identificam a pedagogia humanista com a expansão e ubiquidade da arte oratória, não faltam razões para considerar a eloquência, se não a chave de compreensão da cultura renascentista, pelo menos um dos seus elementos mais característicos<sup>2</sup>. Na verdade, se outros dados não houvesse para comprovar o relevo da retórica na época do Renascimento, bastaria atemo-nos ao número de manuais então produzidos: do período incunabular conhecem-se pelo menos 117 retóricas impressas, do séc. XVI haverá mais de mil autores, mais de três mil tratados<sup>3</sup>.

A ideia do despertar da cultura antiga surge na Itália, logo na primeira metade do séc. XIV, nas metáforas da ‘luz e das trevas’, da ‘ressurreição’, do ‘regresso do exílio’ ou em expressões como *Vindicatio bonarum artium*, *Restitutio litterarum* ou *prisco splendore reddere*; assim se reactivam velhas crenças e mitos, como a *translatio studii*

---

<sup>1</sup> Retomo, em sentido ligeiramente diferente, a fórmula usada por M. FUMAROLI em ‘Protée et Prométhée: réflexions sur l’histoire de la Rhétorique’, *Colloque sur la Rhétorique: Calliope I*, ed. R. Chevallier, Paris, Les Belles Lettres, 1979, pp. 363-373.

<sup>2</sup> Vd. H. SCHANZE, ‘Problems and Trends in the History of German Rhetoric to 1500’, *Renaissance Eloquence*, ed. J. Murphy, Berkeley, University of California Press, 1983, pp. 105-125. Mais razoável parece a posição de P. O. Kristeller: ‘Rhetoric was only one of the five studia humanitatis cultivated by the humanists, whose work as grammarians (and classical scholars), historians, poets, and moralists cannot be derived from their rhetoric, although this work may often seem inseparable from it. (...) humanism constitutes only one aspect, though an important one, of Renaissance thought and learning; furthermore, the history of theology and jurisprudence, of the sciences and of philosophy, in the Renaissance is not limited to Renaissance humanism, let alone to humanist rhetoric, though this history was in many ways affected by rhetoric’, cf. ‘Rhetoric in Medieval and Renaissance Culture’, *ibidem*, pp. 1-19.

<sup>3</sup> Vd. J. MURPHY, *Renaissance Rhetoric. A Short-Title Catalogue of Works on Rhetorical Theory from the Beginning of Printing to A.D. 1700*, New York, Garland Publishing, 1981, *idem*, ‘One Thousand Neglected Authors: The Scope and Importance of Renaissance Rhetoric’, *Renaissance Eloquence*, pp. 20-36. Já depois de elaborado este trabalho, saiu a público segunda edição do catálogo; a nova versão ampliada por J. Murphy e Lawrence Green ‘now presents 1717 authors and 3842 rhetorical titles in 12325 printings, published in 310 towns and cities by 3340 printers and publishers from Finland to Mexico’, vd. L. GREEN – J. MURPHY, *Renaissance Rhetoric. Short-Title Catalogue 1460-1700*, Adershot, Ashgate, 2006, p. XI.

e a *translatio imperii* ou o regresso da idade do ouro. Se a noção de renascimento comparece já em Petrarca, tornar-se-á comum e consciente na *Roma rinata* de Maquiavel, nas *renascentes musae* ou *litterae renascentes* de Melanchthon, na *rinascita* das artes de que fala Vasari<sup>4</sup>. A estas reivindicações de novidade, efeito de uma nova consciência do passado, não é estranha uma intenção persuasiva – as metáforas referidas, como entimemas, convidariam à dedução silogística, mas mais nítido se nos divisará o teor retórico do movimento humanista se considerarmos os primeiros sinais da sua recepção fora da Itália.

Como noutros lugares, também em Portugal o humanismo começa por surgir no ambiente da corte, tanto para celebrar o poder régio, como para formar um escol de altos funcionários, leigos ou eclesiásticos. Embora inadequada à situação forense, a eloquência pôde assim revelar a sua utilidade demonstrativa e ocasionalmente a sua pertinência deliberativa, introduzindo novas fontes de distinção social ou de legitimidade que serviam eficazmente os interesses do poder régio. Por isso não será de estranhar que entre as primícias literárias do humanismo português avulsem pelo seu escopo político os discursos de D. Garcia de Meneses, João Teixeira, Cataldo Parisio Sículo, Salvador Fernandes e Lopo Fernandes de Castanheira ou que a renovação da oratória parlamentar, começada no tempo de D. João II, seja prosseguida nos reinados de D. Manuel e de D. João III, nas orações da coroa e nas *falas* de Vasco Fernandes de Lucena, Francisco de Melo, Gonçalo Vaz, D. Sancho de Noronha e D. António Pinheiro<sup>5</sup>.

Outro excelente indicador do progresso dos estudos humanísticos, tanto em Portugal como em Espanha e na França, encontrámo-lo na abundante oratória universitária composta em louvor de todas as disciplinas. Nessas *laudes litterarum* pronunciadas na abertura solene do ano escolar socorriam-se os oradores de variadas fontes clássicas, de *orationes* ciceronianas como o *Pro Archia poeta*, dos manuais enciclopédicos de Aulo Gélcio, Quintiliano e Marciano Capela, mas também de modernos tratados pedagógicos como o *De ingenuis moribus* de Pier Paolo Vergerio (1402-1403) ou o *De politia litteraria*

---

<sup>4</sup> *Renaissance* é palavra relativamente tardia; no séc. XVI, ao que parece, ocorre uma única vez, na dedicatória da obra do naturalista Pierre Belon; o seu uso vulgarizar-se-á a partir de 1697 com o *Dictionnaire historique et critique* de Pierre Bayle vindo, finalmente, em 1718, a ser registada no dicionário da Academia Francesa.

<sup>5</sup> Circulando em cópias manuscritas, vieram mais tarde a ser reunidas na edição que delas fez oportunamente João Álvares em 1563; da miscelânea que leva por título *Oração que fez & disse o doctor Antonio pinheyro na salla dos paços da ribeyra, nas primeyras cortes que fez o muyto alto & muyto poderoso Rey dom Sebastião* existem exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Res. 79//1 V, e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), R-2-17. De outro teor, mas igualmente importantes para a história do nosso humanismo, são a *oratio* que Pietro Pasqualigo (1472-1515), embaixador da República Sereníssima, pronunciou diante de D. Manuel em 1501, bem assim uma *oratio funebris* e duas *orationes* académicas apresentadas em 1503 e 1505 por Henrique Caiado em Pádua. Da *oratio* de Pasqualigo, que Bernardino Veneto de' Vitali acabou de imprimir em Veneza a 22.12.1501, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), S'-7-21-16, há uma edição publicada em Pádua em 1719, uma reprodução facsimilada do ex. do British Museum feita por Eugénio do Canto (Lisboa, Imprensa Nacional, 1907) e uma tradução inglesa e comentário de Donald Weinstein (*Ambassador from Venice, Pietro Pasqualigo in Lisbon, 1501*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1960). As *orationes* de Caiado foram dadas à estampa em Veneza por Bernardinus Vitalis Venetus em 1504 e 1507, vd. A. Moreira de Sá, «Duas obras desconhecidas de Henrique Caiado», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2ª série, 12 (1956), pp. 289-300.

de Angelo Decembrio (1450-1463)<sup>6</sup>. As orações proferidas na universidade de Lisboa por D. Pedro de Meneses, André de Resende e Jerónimo Cardoso, na sua função protréptica, reflectem sobre um dos problemas que mais ocupavam os humanistas, a questão da hierarquia das artes. Se o debate não era novo, noutra perspectiva, porém, se apresentava agora; distanciando-se da tradição medieval, disso mesmo nos adverte o conde de Alcoutim na oração de sapiência de 1504 com uma *occupatio* que actualiza idêntica precaução manifestada por Cícero no *Pro Archia*: «ninguém deve estranhar se eu não seguir, no meu discurso, a praxe de alguns que falaram em anos passados: quem aceita este encargo de orador não vem aqui para fazer uma exposição, mas para louvar as ciências»<sup>7</sup>. Ainda antes de a retórica conquistar espaço próprio no nosso ensino universitário, já a oratória promove uma reorganização do saber orientada por uma concepção holística dos *studia humaniora*. A economia das artes que formavam a *enkyklios paideia*, o ‘ensino corrente’, a ‘cultura geral’ da Antiguidade, questionada pelos medievais em inúmeros tratados dos estudos, recompunha-se sob a égide da retórica, como vinha sucedendo em Itália desde os alvares do *Quattrocento*. A *Oratio de laudibus Ciceronis* que Jorge de Trebizonda pronunciou em Vicenza em 1421, a *Oratio de septem artibus liberalibus* proferida por Guarini no *Gymnasium* de Ferrara em 1453, as *orationes universitárias* e o *Panepistemon* de Angelo Poliziano, textos familiares aos nossos humanistas, davam lastro a esse debate em torno da classificação das ciências<sup>8</sup>.

O regresso às fontes antigas permite recuperar a vertente crítica da gramática, a *poetarum enarratio* que lhe fora subtraída na Antiguidade tardia<sup>9</sup>; aproximando o ensino gramatical da formação enciclopédica, sob a influência de Quintiliano o renascimento

<sup>6</sup> Vd. F. RICO, «Laudes litterarum: Humanisme et dignité de l’homme dans l’Espagne de la Renaissance», *L’Humanisme dans les lettres espagnoles*, Paris, Vrin, 1979, pp. 31-51. Da obra de Decembrio há uma edição recente feita por Norbert Witten (München-Leipzig, K.G. Saur, 2002).

<sup>7</sup> «in [nostro sermone], si quorundam superiorum dicentium morem non sequar, nemo mirari debet; non enim qui hoc orandi munus suscipit, scientias expositurus sed laudaturus uenit», vd. D. PEDRO DE MENESES, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, Lisboa, IAC, 1964, p. 76.

<sup>8</sup> O discurso do mestre bizantino, apoiado na *Vita Ciceronis* de Plutarco e no *Cicero Nouus* de Leonardo Bruni, constitui um marco na propagação do ciceronianismo, vd. *Collectanea Trapezuntiana*, ed. J. Monfasani, Binghampton (NY), Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1984, pp. 343-350. A obra de Poliziano nasceu de uma lição inaugural, a *Praelectio cui titulus Panepistemon* (1490), que agrupava as ciências em três áreas do saber, teologia, filosofia e adivinhação; dividindo a filosofia em teórica, prática e racional (*spectatiua, actualis, rationalis*), Poliziano englobava nesta a gramática, a história, a lógica, a retórica e a poética. Ordenação semelhante propusera Vergerio no *De ingenii moribus et liberalibus studiis adulescentiae*. O *Angeli Policiani opusculum quod Panepistemon inscribitur* (Veneza, Christophorus de Pensis, 1495) foi muitas vezes editado juntamente com os tratados de Vitruvius (*De architectura*), Cleónides (*Harmonicum introductorium*) e Beroaldo (*Annotationes centum*), vd. J. ALCINA ROVIRA, «Poliziano y los elogios de las letras en España (1500-1540)», *Humanistica Lovaniensia* 25 (1976), pp. 198-222, A. WESSELING, «Poliziano and Ancient Rhetoric: Theory and Practice», *Rinascimento* 30 (1990), pp. 191-204, e J.-M. MANDOSIO, «La fortune du Panepistemon d’Ange Politien en France au XVIe siècle», *La réception des écrits italiens en France à la Renaissance*, ed. A. Perifano, Paris, Impr. F. Paillart, 2001.

<sup>9</sup> Nessa versão incompleta que Santo Isidoro transmitiu à Idade Média não desapareceu apenas o *intellectus poetarum* mas também a dimensão escritural da arte, a *scribendi ratio*, vd. *Orig.* 1.5.1: «Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum. Haec in disciplinis post litteras communes inventa est, ut iam qui didicerant litteras per eam recte loquendi rationem sciunt».

italiano alarga-lhe o horizonte: *grammatici* e *critici* para Poliziano tornam-se termos equivalentes. A percepção da precariedade dos *praecepta* submetidos às contingências do *usus* reforça-se pela redescoberta de textos de Diomedes, Varrão e Probo; revelando discordâncias inesperadas, estas gramáticas não só enfraquecem a autoridade de Prisciano e Donato, como estimulam a elaboração de novos manuais para o ensino do latim. O que valida a regra passa a ser não tanto a prescrição dos gramáticos quanto o *usus*, a prática dos autores clássicos. Não se contentando com a mera correção, vem assim a gramática humanista a conformar-se com os fins da retórica, arte de bem falar e de bem escrever como queria Quintiliano<sup>10</sup>.

Ora dessa reorientação retórica do ensino gramatical, em curso na universidade de Lisboa desde finais do séc. XV, dão-nos conta ainda as orações académicas. Coincidindo com o magistério desenvolvido por Cataldo, as gramáticas de João Vaz e de Estêvão Cavaleiro, apesar da resistência dos negociantes do «trigo sarnento» de Pastrana, testemunham não só o esforço laborioso de dotar as classes de novos instrumentos pedagógicos como também um inegável interesse pela arte retórica<sup>11</sup>. Restabelecida a comunicação entre a *ars bene dicendi* e a *ars recte loquendi*, dirigida agora à aquisição da *eloquentia*, restaura-se a concepção integral do saber que distinguia o modelo quintilianista tal como ele se oferecia no livro I da *Institutio Oratoria*. Os discursos em louvor de todas as ciências, de D. Pedro de Meneses, André de Resende ou Jerónimo Cardoso, postulam essa unidade sob o signo da gramática, *origo et fundamentum omnium liberalium artium*<sup>12</sup>. Na voz daqueles oradores a gramática engloba todos os conhecimentos indispensáveis à composição e à crítica, competências que definem o homem douto típico de uma sociedade *letrada* em que a escrita e a leitura por via do livro impresso substituem anteriores formas de comunicação<sup>13</sup>. Para a primazia do critério da elegância na elaboração gramatical, indicador do grau de aceitação da mensagem humanista e da colonização retórica das artes do discurso, muito contribuiu

<sup>10</sup> Vd. W. PERCIVAL, «Grammar and Rhetoric in the Renaissance Rhetoric», *Renaissance Eloquence*, ed. J. Murphy, pp. 303-330, Francisco RICO, *Nebrija frente a los bárbaros*, Salamanca, Ed. Universidad, 1978, p. 99.

<sup>11</sup> Aos estudos de Américo Costa Ramalho sobre a obra de Cataldo se deve a antecipação da entrada do Humanismo em Portugal, vd. CATALDO Parisio Sículo, *Epístolas. II Parte*, ed. A. Costa Ramalho – A. F. Oliveira e Silva, Lisboa, INCM, 2005. O manual de João Vaz, publicado provavelmente em 1501, é anterior aos *Praecepta ad prima grammatices rudimenta* de Cavaleiro; o teor polémico deste texto tornar-se-á ainda mais acerbo no *prologus* da *Nova grammatices marie matris dei uirginis ars* vinda a lume em 1516, vd. A. COSTA RAMALHO, «Um capítulo da história do Humanismo em Portugal: o *Prologus* de Estêvão Cavaleiro», *Estudos sobre o séc. XVI*, Lisboa, INCM, 1982, pp. 125-151.

<sup>12</sup> Vd. André de RESENDE, *Oração de sapiência*, Lisboa, IAC, 1956, pp. 35-37. A ideia não era nova mas dela nem sempre se retiravam todas as consequências, cf. Cassiodoro, *Inst.* 2.4; Santo Isidoro de Sevilha, *Orig.* 1.5; Rábano Mauro, *De inst. cler.* 3, 18; João de Salisbúria, *Metalog.* 1.13.

<sup>13</sup> Sobre a prática da *leitura* humanista que fundamenta toda a produção textual, vd. E. RUMMEL, *Humanistic-Scholastic Debate in the Renaissance and Reformation*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1995, K. MEERHOFF (ed.), *Autour de Ramus: texte, théorie*, Québec, Nuit blanche, 1997, pp. 235-387, *idem*, «La passion du sujet: entre logique et littérature», *Ethos et pathos: le statut du sujet rhétorique*, ed. F. Cornilliat, Paris, Champion, 2000, pp. 107-118, P. MACK, «Ramus Reading: the Commentaries on Cicero's *Consular Orations* and Vergil's *Eclogues* and *Georgics*», *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 61 (1998), pp. 111-141, *idem*, «Rhetoric, ethics and reading in the Renaissance», *Renaissance Studies* 19 (2005), pp. 1-21.

certamente a divulgação da obra de Lorenzo Valla: atestam-no não só a autoridade que lhe reconhecem os *Flores rhetorici* de Fernando de Manzanares (Salamanca, 1488), as gramáticas de João Vaz e Estêvão Cavaleiro, a *Ars eloquentiae* da Biblioteca Pública de Évora que terá sido composta por Cataldo, como ainda a abundância de exemplares de edições vallianas e, indirectamente, o número razoável de espécies supérstites da *Institutio Oratoria*.

Se a introdução do humanismo em Portugal não é acompanhada de uma imediata autonomia da arte retórica no plano da organização curricular, não é menos verdade que, nas quatro décadas que se seguiram à chegada de Cataldo, quer a difusão dos textos clássicos em edições incunabulares, quer a crescente disponibilidade de novos manuais facilitam a colonização retórica das demais artes do discurso, processo que se pode observar, nitidamente, na gramaticografia e na lexicografia de Quinhentos e em toda uma vastíssima produção enciclopédica que não só abastece a *inuentio* retórica como sustenta a *copia*, a *uirtus* mais cara à elocução humanista<sup>14</sup>. A essas obras de que se conservam dezenas de espécies no fundo antigo das nossas bibliotecas – a *Margarita poetica* de Albrecht von Eyß, a *Margarita philosophica* de Gregório Reisch, a *Cornucopia* de Niccolò Perotti, a *Officina* de Ravişio Textor, os *Adagia* e o *De copia* de Erasmo, os *Adagia* de Virgílio Polidoro, o *Onomasticon* de Conrad Gesner, a *Polyanthea* de Domenico Nani Mirabelli – a essas inúmeras colecções de *sententiae et exempla*, ou repositórios de *facta et dicta*, não é possível recusar um escopo e um télos retóricos<sup>15</sup>.

Ora as figuras míticas de Proteu e Prometeu encontrámo-las associadas à arte oratória em textos que reflectem sobre a questão da *imitatio*, em comentários aos retores antigos, mas também em protrépticos da eloquência inseridos precisamente naquela literatura enciclopédica. Menção especial, pelo espaço que concede à retórica

---

<sup>14</sup> O que se pode dizer da renovação do ensino da gramática e da dialéctica vale igualmente para a poética, que, integrada na gramática, surgia limitada à estilística e à exposição da técnica versificatória. Por conseguinte, foi por acção dos humanistas que o ensino gramatical se colocou ao serviço da composição *literária*, abrindo portas para a subsequente autonomização seja da retórica seja da poética, vd. Aníbal Pinto de CASTRO, «Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco», *Revista da Universidade de Coimbra* 31 (1984), pp. 505-532, e Belmiro Fernandes PEREIRA, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*, dissert. de doutoram., Coimbra, 2005, pp. 171-241.

<sup>15</sup> Grande sucesso teve na Península o *De rerum inuentoribus* de Polidoro, sobretudo depois que foi traduzido para castelhano por Francisco Thámara em 1550 e Vicente de Millis Godínez em 1584; da edição de 1599 há ex. na BGUC (S.P.-Ad-11-5 e R-19-24). Da *Bibliotheca uniuersalis* de Gesner há raros exemplares mas devia correr pelo menos até figurar no índice de livros defesos de 1551 (o rol de 1547, não impresso, já a menciona sem indicar o autor, sinal da sua notoriedade). A obra mais influente terá sido, no entanto, o *De copia* de Erasmo composto segundo o princípio expresso no *De ratione studii* «cognitio uerborum prior, rerum potior»: a fluência verbal precede o domínio das ideias, pela *elocutio* se progride para o domínio da *inuentio*, ideias hauridas no livro X da *Institutio Oratoria*. Publicado em 1512, revisto e acrescentado pelo menos três vezes em vida de Erasmo, o *De copia* apresenta-se como um manancial de exercícios estilísticos orientados para a aquisição das técnicas de *uariatio* e *amplificatio*, numa tal diversidade de formas que supera o multiforme Proteu, vd. T. SLOANE, «Schoolbooks and Rhetoric: Erasmus's *Copia*», *Rhetorica* 9 (1991), pp. 113-129, e R. SCHOECK, «Going for the Throat: Erasmus' Rhetorical Theory and Practice», *Renaissance-Rhetorik*, ed. H. Plett, Berlin, W. de Gruyter, 1993, pp. 43-58. Sobre algumas das figuras referidas vd. *Contemporaries of Erasmus*, Toronto, University of Toronto Press, 1985-1987, e *Centuriae Latinae*, Genève, Droz, 1997.

e pela difusão que teve entre nós, merece a *Polyanthea* de Domenico Nani Mirabelli publicada pela primeira vez em Savona no ano de 1503<sup>16</sup>.

Não por acaso, é nas entradas *eloquentia* e *rhetorica* que nos surgem dois dos verbetes mais extensos desta preciosa colectânea. No primeiro, depois de oferecer o equivalente grego de *eloquentia*, *logiôtes*, e outros termos com o mesmo radical, de imediato entra o compilador a distinguir o léxico deste campo semântico: como *dicere est eleganter et facunde loqui* (Quintiliano), será *eloquens* quem estiver munido da *dicendi ratione* e a *eloquentia* consistirá na *dictio ex omni parte perfecta*. Aqui, como ao tratar do orador perfeito e da natureza e função da arte retórica, acolhe-se Mirabelli à autoridade de Quintiliano: a retórica é a *bene dicendi scientia* e o orador o *uir bonus dicendi peritus*. Se a adesão à concepção quintilianista não pode deixar de ser notada, mais interessante se mostra, no entanto, a extensa exemplificação aduzida, que pelo seu propósito compendiário até leva a perder de vista as definições iniciais. Na recolha antológica Cícero é de longe o autor mais citado; sobre a *uis atque potentia* da arte oratória coligem-se várias *chriæ*, *exempla* e *sententiae*; nem falta sequer um elenco alfabetado de *Nomina clarorum Oratorum* e uma lista de *Adagia ad eloquentiam pertinentia*, hauridos, todos sem excepção, nos *Adagia* de Erasmo: *Attica Musa* (1.8.80), *Lepos Atticus* (1.2.57), *Cyanea cantio* (1.2.55), *Nibil ex agro dicis* (3.6.33), *Nunc ipsa uiuit sapientia* (3.3.23), *Nunc ipsa floret Musa* (3.3.24), *Tunc canent cygni* (3.3.97), *Musarum aues* (4.6.4), *Nestorea eloquentia* (1.2.56)<sup>17</sup>.

Curiosamente não é aqui que comparece a apologia da *eloquentia* mas no verbe de quatro páginas dedicado à *rhetorica*. O desenvolvimento de tópicos como *origo et initium*, *laus*, *utilitas et commoda* acrescenta aspectos descuidados anteriormente, expondo-se de forma diversa aquilo que poderia tornar-se redundante<sup>18</sup>. A perspectiva beletrística da retórica é acentuada: entre os *officia oratoris* sobrepuja o *ornate copioseque dicere*, da arte oferece-se uma sincrética definição que, suportada em Cícero, compagina arbitrariamente as concepções de Aristóteles e Quintiliano, «o fim da retórica, como quer Aristóteles, não é persuadir, mas tão só expressar-se com elegância e reconhecer o que houver de persuasivo na matéria»<sup>19</sup>. Surge assim como pedra angular da eloquência o *apte dicere* ciceroniano, de acordo com o fundo erasmiano da exposição. De novo comparecem os *Apophthegmata* de Erasmo, mas também Luís Vives (*De anima*) e, sobretudo, os *Rhetoricorum libri V* de Jorge de Trebizonda de que se transcrevem longos trechos. Nestas edições de meados de Quinhentos a *Polyanthea* mostra-se pois muito aberta ao modo de entender a arte retórica corrente entre os humanistas da área renano-flamenga.

Sobre a inevitável questão das origens da arte retórica apresentam-se as duas versões sicilianas (Córax e Tísias), a partir de um passo colhido em Raffaele Maffei, ‘il

<sup>16</sup> Recorro a exemplares da edição feita em Colónia em 1546, que se guardam na BGUC, R-59-4, e na BPMP, L-13-49; noutras bibliotecas nacionais, na BNL e na BPE, há mais de uma dezena de espécies.

<sup>17</sup> Vd. *Erasmii Desiderii Opera Omnia*, recognouit J. Clericus, Leiden, 1703 (Hildesheim, 1961-62); *Opera Omnia Desiderii Erasmii Roterodami*, II-7, Amsterdam, North Holland Publishing Company, 1999.

<sup>18</sup> Vd. *op. cit.*, pp. 741-745.

<sup>19</sup> «finis rhetoricae, ut Aristoteli placet, non persuadere, sed tantum bene dicere et ea nosse, quae sint ad rem persuadibilia (...)».

Volterrano'. Mas, mais significativo do que a tradição da história da retórica, considera o compilador a etiologia que o mito oferecia. Embora Mirabelli remeta para o relato do *Protágoras*, não é essa a versão que lhe importa<sup>20</sup>. No diálogo de Platão pretendia o sofista provar que a virtude podia ser ensinada, porque através de Hermes Zeus dera aos homens, de forma equitativa, a *dike* e a *aidos*, a justiça e o respeito. Protágoras, porém, orgulha-se de ensinar uma arte sem nome que quando muito será, como sugere Sócrates, uma *politike techné*: não conviria, pois, a versão platônica ao protréptico da retórica. Por isso Mirabelli prefere transcrever as narrativas do *Communis Mercurius* e do *Prometheus orator*, ou seja, as *fabulae* hauridas em Élio Aristides, orador da Segunda Sofística que nos legou cinquenta e cinco discursos<sup>21</sup>.

Com efeito, na indevidamente chamada II Declamação, *Em defesa da oratória*, 2. 395-399, Élio Aristides argumenta contra Platão e, tendo em vista sobretudo o *Górgias*, de caminho resolve também o final aporético do *Protágoras*: *aidos* e *dike* são virtudes políticas que só passaram a existir verdadeiramente quando Prometeu trouxe do Olimpo a arte oratória<sup>22</sup>. Vivendo a humanidade em permanentes tumultos e discórdias, por não haver meio de conciliar vontades e interesses, os mais fortes oprimiam os mais fracos. Inermes, os homens não podiam resistir aos restantes animais, pois estes em alguma qualidade lhes eram superiores. Por isso, até os grous, segundo Homero (*Iliada*, 3.1-7), dizimavam os Pigmeus. Vendo como a raça humana *em silêncio* perecia, Prometeu sobe ao Olimpo para interceder junto de Zeus; fá-lo por sua iniciativa, por os mortais ainda não serem capazes de enviar embaixadas. Então Júpiter, em atenção a Prometeu, na versão latina da *Polyanthea*, *semper hominum studiosus*, manda Mercúrio *ad homines descendere, Rhetoricen secum adducentem*. Se o Titã por igual tinha distribuído os dons entre os mortais, Júpiter ordena a Mercúrio que não proceda assim, que não reparta a eloquência como se estivesse a dividir os dinheiros do teatro, que a retórica seja atribuída apenas aos melhores, aos mais nobres, aos mais fortes, para que possam salvar-se, a si e aos outros. Deste modo receberam os homens dos deuses a retórica e com ela a salvação ao passarem a viver em comum. Quando o *logos* prevaleceu, construíram cidades, instituíram leis e constituições: à retórica, não à *dike* ou *aidos*, se deveria a fundação de cidades, o estabelecimento do direito, a organização das ideias religiosas. Afinal, a ciência política podia ser ensinada, pois competia à *techné rhetorike*. Para Aristides, portanto, o verdadeiro factor de civilização é a retórica, dádiva dos deuses.

<sup>20</sup> Vd. Ana da Piedade PINHEIRO, *Platão: Protágoras*, Lisboa, Relógio d'Água, 1999.

<sup>21</sup> Vd. G. ANDERSON, *The Second Sophistic: A Cultural Phenomenon in the Roman Empire*, London, Routledge, 1993. Desde o ano de 74, sob o imperador Vespasiano, que se tinham instituído em Roma cátedras de retórica pagas pelo Estado: quem pretendia uma cultura superior devia estudar a retórica depois de passar pelos *progymnasmata*, «sistema», escreveu Albin Lesky em 1971, que se continuou a praticar na escola até aos nossos dias, até que se achou mais eficaz deixar que as crianças dessem livre curso à fantasia com os lápis de desenho», vd. *História da Literatura Grega*, Lisboa, Gulbenkian, 1995, p. 867; a fábula (*mythos*) e a narração (*diegesis*) eram alguns desses exercícios preparatórios, vd. G. KENNEDY, *Progymnasmata. Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*, Atlanta, Society of Biblical Literature, 2003.

<sup>22</sup> Vd. Charles BEHR, *P. Aelius Aristides: The Complete Works*, Leiden, Brill, 1986, vol. I, pp. 78-150, e L. PERNOT, «Platon contre Platon: Le problème de la rhétorique dans les Discours platoniciens d'Aelius Aristide», *Contre Platon. Tome 1: Le platonisme dévoilé*, ed. M. Dixsaut, Paris, Vrin, 1993, pp. 315-338.

A retórica, no entanto, não é um sistema perfeito, acrónico ou universal. Se a *eloquentia* aparecia aos olhos dos humanistas como vínculo das artes e ciências, também não deixava de impressionar pela sua diversidade e pelas suas contradições<sup>23</sup>. Ora a figura mítica que representa a outra face desta ambivalência é Proteu, o Velho do Mar. Mais vezes o encontramos em comentários aos retores antigos ou em textos que reflectem sobre a questão sempre controvertida da *Tulliana imitatio*.

Não duvidavam os ciceronianistas em considerar Cícero o modelo ideal de orador *uarius, multiplex, copiosus*, e nesta preferência se viam confirmados ao regressarem aos Padres da Igreja<sup>24</sup>. Mas, se o Arpinate formou o seu estilo imitando vários modelos, não deveria o orador actual proceder do mesmo modo e seguir as suas inclinações? *Multi sint, an unus imitandus?* Em 1512 reacendia-se, entre Gianfrancesco Pico e Pietro Bembo, a velha polémica da imitação exclusiva ou da imitação múltipla. É que várias possibilidades se ofereciam: se, de acordo com o *De optimo genere oratorum*, a eloquência é uma só, entre essa perfeição absoluta e a falsa perfeição da natureza individual, fica a perfeição atingível pela imitação exclusiva do modelo histórico mais conveniente<sup>25</sup>. Na sua resposta a Gianfrancesco Pico, repercutindo pensamento expresso por Cícero no *De oratore* (1.33.150), começa Pietro Bembo por valorizar o texto escrito:

*Então até costuma acontecer o seguinte: que o que pomos por escrito fica mais completo e mais rico do que o que dizemos uns aos outros de viva voz. Na verdade, a pena e o tempo gasto a redigir acrescentam sempre alguma coisa e é com essa reflexão que o discurso se desenvolve*<sup>26</sup>.

Depois, partindo da consideração da variedade dos engenhos, passa à refutação da imitação múltipla: só se compreenderia a conveniência de imitar vários autores «se todos aqueles, que foram considerados bons mestres em um dado género literário, mostrassem igual valor tanto na elevação estilística como na elegância expressiva»<sup>27</sup>. Ora como a medida do talento de cada um, ou de cada uma das artes, pelo contrário, se mostra tão diversa, como se pode questionar alguém que imita os melhores e negligencia os menos bons? Só uma solução é admissível, ou se recusa a imitação ou se imitam os melhores. Mas, como a ideia de perfeição absoluta só em Deus existe, deve buscar o imitador a centelha que desse fogo divino mais se aproxime. Nada

<sup>23</sup> A sistematização metódica e a perspectiva taxinomista são recentes, supõem a possibilidade de encontrar a essência da retórica, uma *retórica geral* fora do tempo e do espaço, perspectiva porventura útil, mas ilusória, como bem observou P. KUENTZ, «L'enjeu des rhétoriques», *Littérature* 18 (1975) 3-15.

<sup>24</sup> Vd. Santo Agostinho, *De doctrina christiana* 4.17 e *De trinitate* 14.9, e S. Jerónimo em numerosos passos da sua obra, mormente no famoso episódio do sonho relatado na *Epist.* 22.30 *Ad Eustochium*.

<sup>25</sup> Para os ciceronianistas o orador latino, de acordo com a doutrina expandida no *Orator* (7-10), não combinara diferentes modelos, antes almejava uma ideia da Eloquência; nesta perspectiva a imitação múltipla significa adaptação a uma norma única das diferentes realizações históricas, as melhores, dessa *imagem* de perfeição.

<sup>26</sup> «Tum accidere etiam illud solet, ut ea, quae chartis mandantur, pleniora uberioraque sint, quam quae homines inter se colloquantur. Addit enim semper aliquid stilus et scribendi mora, crescitque cogitatione ipsa oratio», vd. Giorgio SANTANGELO (ed.), *Le Epistole "De imitatione" di Giovanfrancesco Pico della Mirandola e di Pietro Bembo*, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1954, pp. 44-49.

<sup>27</sup> «Si omnes ii, qui aliquo uno in genere boni scribendi magistri sunt habiti, pares inter se stili nobilitate scriptionumque elegantia extitissent».

aproveita a imitação simultânea de vários autores: a abundância distrai o espírito, os sentidos, o entendimento. Nunca a imitação poderá prescindir do *prépon*, do *aptum*, da ligação harmoniosa, pois a natureza humana rejeita o híbrido monstruoso, mesmo no caso do Velho do Mar:

*Os poetas da antiguidade que criaram a imagem de Proteu diziam que ele se transformava ora em água, ora em fogo, ora numa fera, mas que nunca tolerava mais do que uma forma na mesma aparição. Creio que assim procederam não só porque pensavam que tal não podia acontecer, mas também porque não viam como coisas de tão vário e tão diverso aspecto se poderiam combinar de modo harmonioso*<sup>28</sup>.

Na exegese dos retores antigos o recurso à imagem de Proteu era também solução conhecida e autorizada pelo menos desde os diálogos platônicos. Quando o interlocutor não se submete à manipulação, ou se mostra pouco dócil, como sucede no *Íon* (541e-542a), Sócrates protesta: «Comportas-te exactamente como Proteu, assumindo todas as formas, virando-te para todos os lados e, por fim, depois de me teres escapado, apresentas-te como um general para não me mostrares como és hábil na ciência de Homero»<sup>29</sup>. Nos *Commentarii* ao livro III de Quintiliano, ao tratar da definição dos estados de causa, António Pinheiro procede do mesmo modo; como o autor latino resiste à acribia do comentador, o futuro mestre dos moços fidalgos da corte de D. João III observa:

*Aqui Fábio é tão escorregadio e tão difícil de agarrar que se nos escapa das mãos; não é, pois, por imperícia que se lhe atribui aquela incongruência. Com que nós hei-de prender a versátil figura de Proteu? Sigamos então o conselho de Cirene [a mãe de Aristeu] e apertemos, se conseguirmos, laços bem fortes à volta daquele que em tudo se transforma*<sup>30</sup>.

A incongruência a que António Pinheiro alude tem a ver com a classificação dos *status causae*. Seguindo Cícero, Quintiliano começara por enumerar três *status rationales, an sit, quid sit, quale sit (coniectura, finitio, qualitas)*, mas depois, passando a considerá-los como modos de defesa, acrescentou-lhes a *translatio*<sup>31</sup>. A obscuridade do autor latino, ironicamente, resolve-a o humanista com uma conglomeração retórica. Ao mito do pastor das focas de Poséidon acrescenta Pinheiro duas referências eruditas: cita um verso horaciano que envolve, em certa medida, um juízo sobre os artifícios dos doutos, comparáveis na sua inconstância aos caprichos dos ricos (*Epist.* 1.1.90: Quo

<sup>28</sup> «Ac mihi quidem uetustissimi poetae finxisse Protea uidentur, cum illum modo aquam fieri, modo ignem, modo belluam dicerent, nunquam tamen eodem aspectu plus unam formam prae se tulisse, non solum quia id posse fieri non existimabant, sed etiam propterea quod, quo modo diuersae facies inter seque uariae apte coniungerentur, non uidebant».

<sup>29</sup> Vd. V. JABOUILLE, *Platão: Íon*, Lisboa, Inquérito, 1988, pp. 94-97.

<sup>30</sup> «Hic Fabius sic est lubricus et incomprehensibilis, ut elabatur ex manibus, nec inepte ei illud accommodes. Quo teneam uultum mutantem Protea nodo? Ergo sequamur Cyrenes consilium et se in omnia uertenti tenacia uincula, si possumus, contendamus», vd. *M. Fabii Quintiliani Institutionum Oratoriarum Libri XII (...) Quibus & accessit doctissimus Cōmentarius Antonii Pino Portodemaei in Tertium*, Paris, ex officina Michaelis Vascosani, 1538.

<sup>31</sup> Sobre esta questão vd. L. CALBOLI-MONTEFUSCO, *La dottrina degli "status" nella retorica greca e romana*, Hildesheim, Olms-Weidmann, 1986, *maxime* cap. V.

teneam uolunt mutantem Protea nodo?); como imagem dos desmedidos esforços do filólogo que, quiçá pela sua insolência, paga preço alto para obter magros resultados, evoca os trabalhos de Aristeu relatados por Virgílio (*Geórgicas*, 4. 317-442).

Entre Proteu e Prometeu, que lugar ocupa, então, a arte retórica na pedagogia humanista? Se tal pedagogia visa a *eloquentia* e se esta, no dizer de Jerónimo Cardoso, consiste em *ser copioso & polido, como foram os atticos*, fazendo bom uso das provas lógicas, quer dizer, dos *topica*, as *cousas de lugar*, e dos *loci communes*, *hos passos da reytorica pera louuar, ou uituperar*, a questão, por simples que pareça, só pode ter resposta complexa. Reclama diluição porque desde logo a própria ideia de *lugar*, como Proteu, não se deixa prender facilmente. Nos *loci* e nos *loci communes*, matéria da *inuentio*, buscavam os antigos as *sedes argumentorum*, isto é, as ideias recebidas e partilhadas, os argumentos que permitem a comunicação, o *consensus* entre os cidadãos, a adesão de ouvintes e leitores.

No *Quattrocento*, sobretudo depois das *Dialecticae disputationes* de Lorenzo Valla, a dialéctica desce das escolas à sociedade e reacende-se o interesse pela tópica. Valla recusa a perspectiva especulativa e toda a espécie de abstracção que esqueça a *res* e o horizonte da *res publica*; o movimento completa-se, em 1515, quando Rodolfo Agrícola publica o *De inuentione dialectica*.

Afastando-se da lógica e da metafísica, a tópica renova-se por via desta aproximação à retórica: interessa-lhe organizar o *thesaurus*, a *copía uerborum ac rerum*, fornecer ao orador um método de imitação. Nas mãos de Erasmo e de Melanchthon os *loci communes* ganham nova vida e tornam-se êxitos editoriais retumbantes. A tópica, matéria de pedagogos, já nas obras de Erasmo e Melanchthon, depois no ensino dos jesuítas, transforma-se em *clauis uniuersalis*, numa forma racional de compreender o mundo. Aproveita a retórica humanista esta dinâmica, porque, em certo sentido, também ela se apresenta como *lugar* que dispõe os *lugares comuns* e organiza a floresta<sup>32</sup>. No entanto, na *silua*, no labirinto das artes e ciências, a retórica, perdoe-se o latinismo, tudo pervade; arte do discurso persuasivo, da expressão oral mas também, e sobretudo, da composição escrita, graças à sua capacidade proteica coloniza os demais saberes, tirando vantagem até das suas próprias contradições. Para os ramistas, que a reduzem à elocução, não deixa de ser *organum*, instrumento indispensável ao método; para os ciceronianistas e para quem procura preservar uma concepção holística do saber continuará a ser a *regina scientiarum* que tudo conforma.

Distinguindo-se daquilo a que alguns chamam a fragmentação medieval das artes, em contraste ainda mais flagrante com a actual pulverização do saber em 'competências', a retórica humanista – fosse nos colégios trilingues, em Santa Bárbara, no *Collège de*

---

<sup>32</sup> *Tópos*, no sentido corrente de repetição ou banalidade, assenta numa metáfora que vem do séc. XIX, o cliché, a chapa tipográfica que permite reproduzir um texto quantas vezes se queira sem alterar os caracteres móveis; para os humanistas, pelo contrário, a *copía* implicava utilização pessoal, um contexto, em suma, a imitação, vd. Francis Goyet, *Le sublime du «lieu commun»*, Paris, Champion, 1996; privilegiando mais a *copía*, à maneira de Terence Cave, do que os *topoi*, entendidos ao modo de E. R. Curtius, o estudo de Goyet incide sobre Agrícola, Erasmo e Melanchthon, autores que dão lastro doutrinário ao ensino das humanidades em Portugal nas décadas de 1530-1550; a tese que sustenta, de forma convincente, é a de que o lugar-comum, por paradoxal que pareça, desempenha no séc. XVI o papel que no séc. XVIII caberá ao sublime.

*Guyenne* ou no Colégio das Artes, fosse nos *gymnasia* protestantes ou nos colégios dos jesuítas – era muito mais do que uma matéria, uma disciplina ou área curricular. Na verdade, a aprendizagem das técnicas de composição escrita e oral não figurava no *curriculum*, nem sequer *ao longo do curriculum*, antes se confundia com a própria *ratio studiorum*, enquanto elemento essencial da aprendizagem em todas as classes e graus. Embora não seja possível, nem desejável, regressar à prática pedagógica do Renascimento, alguma vantagem haveria, decerto, pelo menos nas Faculdades de Letras, em considerar a primazia que nela se dava à arte retórica, de acordo com dois princípios basilares: a eficácia do ensino depende da gradação das dificuldades e de uma perfeita articulação entre a composição escrita e a expressão oral<sup>33</sup>.

Se a retórica vivia sob o signo de Proteu – vária, multiforme, na contigência do *kairós* era retórica do *ethos*, do homem medida de todas as coisas, já a tensão entre o múltiplo e o uno a colocava também sob o signo de Prometeu: foi a *eloquentia* que permitiu ao homem sair da barbárie para a vida em sociedade. Ao cabo, a própria ideia de um *saber universal* exige um instrumento que o torne acessível a todos, uma faculdade que, produzindo contínua clareza, *perspicuitas*, assegure a relação entre *res* e *uerba*. Ora é à eloquência, quer dizer, à eloquência latina que compete tal função prometeica. Neste sentido se pronunciava Marc-Antoine Muret, um ciceronianista moderado da segunda metade de Quinhentos, e com ele assentiam os seus amigos jesuítas do *Collegio Romano*<sup>34</sup>.

Restaurando a ortodoxia retórica na fidelidade aos clássicos, o ciceronianismo jesuítico representa bem essa ambivalência da arte oratória. Confiam os membros da Companhia no poder da palavra humana, prolongamento do verbo divino que unifica e legitima o que é vário e até contraditório, os *spolia Aegyptii*, mas não esquecem também a lição erasmiana do *Ciceronianus*: sujeito à *prudencia*, o princípio retórico do *apte dicere* regulará a acção segundo as necessidades de ajustamento às condições particulares e ao fim pretendido<sup>35</sup>. Essa natureza bidimensional da retórica jesuítica manifesta-se de forma eloquente na *Bibliotheca Selecta*, publicada em Roma em 1593<sup>36</sup>. Aí o P. Antonio Possevino (1534-1612) valoriza a *Retórica* aristotélica, sobretudo pela sua acuidade e manifesto proveito no que respeita à doutrina do *ethos* – o estudo

<sup>33</sup> Vd. J. MURPHY (ed.), *A Short History of Writing Instruction from Ancient Greece to Modern America*, Mahwah (NJ), Lawrence Erlbaum Associates, <sup>2</sup>2001, *maxime* Don Paul Abbott, «Rhetoric and Writing in the Renaissance», cap. V.

<sup>34</sup> Vd. Marc-Antoine MURET, *Orationes, Opera Omnia*, ed. Frotscher, Leipzig, 1834, vol. I, orat. XVII.

<sup>35</sup> O *apum* da retórica clássica torna-se na Parte IV das *Constituições* da Companhia de Jesus princípio pedagógico com valor universal, por exemplo, quando se estipula que «en las tales facultades estudiarán los que se imbián a los collegios, insiendiendo con más diligencia en la parte que para el fin dicho más conviene, attentas las circunstancias de tiempos y lugares y personas» (cf. *Const.* 4.5.1, vd. *Mon. Paed.*, t. I, pp. 214-217), «ha de aver mucha variedad según las circunstancias de lugares y personas» (cf. *Const.* 4.7.2, vd. *ibidem*, pp. 264-267), «aunque según las regiones y tiempos pueda aver variedad en el orden y horas que se gastan en estos studios, aya conformidad en que se haga en cada parte lo que allí se huzgare que más conviene para más aprovechar en las letras» (cf. *Const.* 4.13.2, vd. *ibidem*, pp. 284-285), ou quando se prescreve que na selecção das obras a ler se escolham aquelas que «parezcan más acomodadas a estos tiempos nuestros» (cf. *Const.* 4.14.1, Vd. *ibidem*, pp. 294-297).

<sup>36</sup> Vd. Antonio POSSEVINO, *Bibliotheca Selecta de ratione studiorum, ad Disciplinas, et ad Salutem omnium gentium procurandam* (...), Colónia, apud Ioannem Gymnicum, 1607 (BPMP, N-12-16).

da variedade dos caracteres, das virtudes e dos vícios exposta no livro II convinha à formação de pregadores. Ao assunto, *de uarietate ingeniorum*, são dedicados os livros IX a XI, onde se explica justamente como os missionários se devem dirigir às diferentes culturas, tradições e costumes dos povos e cidades a evangelizar, já que a eficácia e credibilidade do discurso depende da adequação do *ethos* do orador aos *mores* dos ouvintes. No entanto, ajunta o P. Possevino, a multiplicidade da *inuentio* há que submetê-la à *Tulliana imitatio*, pois todas as artes e ciências se encaminham para a retórica. Não por acaso, o livro XVIII, o último da *Bibliotheca*, se intitula *Cícero* e é inteiramente dedicado à epistolografia, à retórica e aos tratados filosóficos do orador latino.

Terminado este breve percurso pela pedagogia do Renascimento, poderemos concluir que se Proteu corporiza a diversidade, a *copia*, as metamorfoses da retórica na enciclopédia humanista, a variedade de engenhos, a imitação múltipla, a busca da diferença, Prometeu representa a unidade essencial do saber, a força humanizadora do *logos*, *ratio* e *oratio*, a imitação da perfeição divina, o valor civilizacional da retórica.